

# Marcílio anuncia novos rumos para a economia

Entre as medidas está uma ampla reforma fiscal e tributária

Em encontro com empresários de diversas áreas, numa agenda que lhe tomou o dia todo de ontem em São Paulo, o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira expôs um programa de oito pontos principais que vão nortear a política econômica de agora em diante. Sobre a redução do prazo para pagamentos de impostos e encargos sociais, estabelecido pela Medida Provisória 297, o ministro disse que, por enquanto, não vai revê-la. Segundo ele, a medida é essencial para manter estável a arrecadação da União. São os seguintes os pontos citados por Marcílio:

■ Austeridade monetária — Segundo o ministro, "não há folga para desvios" neste momento em que a economia vem registrando uma retomada dos níveis de produção e emprego. O governo vai continuar mantendo uma política monetária austera, porque qualquer afrouxamento agora poderia alimentar a inflação.

■ Área fiscal — É intenção do governo promover uma ampla reforma tributária e fiscal. A idéia básica é reduzir a carga fiscal e ampliar a base de arrecadação, para reduzir a sonegação. O Ministério da Economia já conta com um grupo de estudos sobre a questão e, dentro de duas semanas, será criada uma comissão de alto nível com tributaristas renomados para consultar a sociedade sobre a questão e auxiliar na elaboração do programa.

■ Intensificação do processo de privatização — Para o ministro, a privatização deve ser "uma grande bandeira não só do governo como de toda a sociedade".

■ Consolidação da liberalização comercial — Apesar do esforço que vem sendo feito nessa área, como a redução de tarifas de importação, o País, segundo Marcílio, ainda continua em descompasso em relação a países vizinhos como Uruguai e Argentina, o que ele qualificou de "periferismo marginal", que precisa ser enfrentado com agressividade.

## ■ Saída: ordeira do congelamento

— Isso está sendo conseguido, no entender de Marcílio, com a alteração do caráter das câmaras setoriais, hoje norteadas para a cooperação, e não para a imposição em relação aos empresários.

■ Normalização das relações financeiras internacionais — Segundo o ministro, o Brasil vai retomar as negociações com o Fundo Monetário Internacional (FMI) por volta do dia 20, propondo um crédito stand-by (financiamento de curto prazo) que poderá envolver nova carta de intenção. Mas a meta principal é conseguir um extended fund facility, um programa de financiamento de três anos, com o qual o País poderá ser beneficiado pela liberação do fundo Nákasone.